

CAMINHOS PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

Giuliano Giglio de Brito ¹

Ronaldo A. Christofolletti ²

Resumo: O presente estudo destaca a importância das ações conjuntas para o enfrentamento de problemas regionais e teve como objetivo realizar diagnóstico que dê suporte a elaboração e implementação de um Programa Regional de Educação Ambiental na Região Metropolitana da Baixada Santista. Os resultados sugerem o estabelecimento de setor atuante de Educação Ambiental nas prefeituras e a existência de colegiados ambientais do terceiro setor como caminhos para a proposição de soluções conjuntas, assim como tomada de ações contínuas de EA e maior inclusão dos problemas socioambientais da região. A existência por si só de um Programa Municipal de Educação Ambiental mostrou-se não ser intrínseca na resolução dos problemas locais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Baixada Santista; Políticas Públicas.

Abstract: The present study highlights the importance of concomitant actions to tackle regional problems and aimed to carry out a diagnosis that supports the elaboration and implementation of a Regional Environmental Education Program in the Metropolitan Region of Baixada Santista. The results suggest the establishment of an active sector of Environmental Education in city halls and the existence of environmental collegiate bodies from third sector as ways to propose concomitant solutions as well as taking continuous EE actions and major inclusion of social and environmental problems of the region. The existence itself of a Municipal Environmental Education Program showed not to be intrinsic in solving local problems.

Keywords: Environmental Education; Baixada Santista; Public Policies.

¹Universidade Federal de São Paulo. E-mail: brito.giglio@unifesp.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9323924031341691>

²Universidade Federal de São Paulo. E-mail: christofolletti@unifesp.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4170381439518486>

Introdução

Entre as ciências que se remetem ao meio ambiente, a Educação Ambiental (EA) constitui, supostamente, a que mais tem sido requerida no combate à degradação ambiental e para que esse combate seja efetivo, é importante que haja um intercâmbio de conhecimentos entre indivíduos e que informações sejam apresentadas dentro do cotidiano dos mesmos, visando à mobilização da comunidade através do saber ambientalista. A EA deve se fazer presente não apenas em escolas e ambientes acadêmicos, mas sim nas crenças e atitudes cotidianas das pessoas, para que estas se transformem em valores e ações (GIL, 2005; PALMER, 1998). Logo, a EA, em especial a informal, se faz imprescindível na concretização de ideologias benéficas ao meio ambiente e na transformação da sociedade através de sua imersão no âmbito ambiental.

Ainda na perspectiva da importância da EA para a construção de uma sociedade com pensamento crítico em relação aos distúrbios ambientais, Sorrentino *et al.* (2005, p.288) discorre que:

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Existem diversas maneiras de conceber e de realizar os meios e o fim da ação educativa. Para tal, no Brasil, alguns autores reconhecem a existência de até 15 correntes de EA. Estas são como vertentes de um tema central comum — a preocupação com o meio ambiente —, porém, cada uma com sua concepção dominante, intenção central, enfoques privilegiados e visão sobre o melhor jeito de idealizá-la e praticá-la (SAUVÉ, 2002; LAYRARGUES, 2004).

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) representa um patrimônio histórico, cultural e natural, sendo um dos principais pólos de progresso do Estado de São Paulo e do Brasil. Oficialmente criada em 1996 e composta pelos 09 (nove) municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, a região foi responsável por, aproximadamente, 3,15% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2016 e concentra 4,05% da população estadual, ou 1,85 milhão de habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2018. Igualmente, a RMBS desempenha funções importantes em diversos

setores, se destaca a nível estadual e abriga o maior Porto da América Latina (PORTAL DA AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, 2019).

Todavia, a desarticulação dos municípios e a ausência de discussões a respeito das atividades impactantes oriundas do Pólo Industrial, Siderúrgico e Petroquímico de Cubatão, Complexo Portuário de Santos e do crescimento desordenado, constituem as principais causas do cenário de problemas socioambientais da RMBS como um todo. Ademais, tais problemas, somados a população flutuante, carência nos setores de habitação, saneamento e de transportes, acabam por agravar a situação ambiental costeira na região. (YOUNG; FUSCO, 2006; JAKOB; CUNHA; YOUNG, 2006; OLIVEIRA; FONTES; PINHEIRO, 2008).

Saule Junior (2014) afirma que na RMBS existe, de fato, uma “consciência metropolitana”, porém ainda há uma frágil cultura de participação da sociedade civil, sendo que uma ampliação de tal participação e a maior inserção dos municípios na discussão de assuntos regionais podem vir a gerar cenários mais positivos no caminho da efetiva gestão regional integrada. Outrossim, Saule diz que os projetos das diferentes áreas não conversam entre si e as intervenções são locais, quando deveriam ser abordadas de forma integrada e regional.

Dessa forma, sociedade e/ou comunidade caminham para uma direção unilateral por meio da mobilização, palavra cuja semântica de seu verbo é formada por indivíduos em grupo e em busca de um propósito comum. E, para que haja resultados, é necessária uma dedicação contínua de todos os participantes envolvidos (TORO; WERNECK, 1996).

Nesse sentido, a mobilização para articular diferentes atores sociais, que representem tanto o poder público como a sociedade civil organizada, estabelecendo a interação e a conectividade entre eles, é de extrema importância em todo processo democrático para construção de uma política através de um planejamento participativo de fato (BRITO, 2017).

Levando em consideração a participação incipiente da sociedade civil e a falta de diálogo e ações conjuntas entre os municípios, o objetivo do presente estudo é verificar a existência de Políticas e Programas Municipais de Educação Ambiental nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista e avaliar as respectivas similaridades e desafios para integrá-los em escala regional, partindo do princípio de que um programa deve ser instituído por lei e estabelecer diretrizes, princípios, missão, objetivos, públicos, linhas de ação e metas que nortearão os projetos e ações de EA do município (PORTAL DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL, 2019).

Materiais e Métodos

A pesquisa é de caráter descritivo e a abordagem, para a maioria dos dados, é a qualitativa, que se utiliza de diversos procedimentos analíticos, sendo alguns deles a observação, a entrevista e a análise de documentos. Ela permite a obtenção de informações sobre um pequeno número de pessoas e/ou casos e seus dados posteriormente são analisados de modo indutivo (MINAYO, 2012; MAZZOTI; GEWANDESZNAJDER, 1998; CRESWELL, 2007).

Foram coletados dados de formulários fornecidos pela Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista (REABS), que tiveram a finalidade de cadastrar as entidades que desenvolvam EA no território, bem como a lista de presença dos encontros da REABS e das reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CTEAD-CBH-BS), a fim de identificar colegiados de EA e verificar a frequência da presença dos representantes nestes colegiados.

Também, foram coletados dados de sites oficiais do poder público local, a fim de verificar a existência de Política e Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA). Considerando que tal programa para estar institucionalizado deva estar em funcionamento e ser aprovado por lei, a pesquisa foi realizada no site oficial da Câmara de Vereadores de cada município e na plataforma de pesquisa Google, sob as palavras-chave “Programa Municipal de Educação Ambiental”, “Política Municipal de Educação Ambiental” ou “Plano Municipal de Educação Ambiental”.

Foram utilizados, conforme demonstrado no Quadro 1, a nota e a colocação estadual dos municípios por meio do portal do Programa Município VerdeAzul (PMVA). Este tem o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios, com base em 10 diretrizes consideradas prioritárias pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA). Ao cumprimento de cada uma delas é atribuída uma pontuação. Os municípios certificados recebem recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP) e têm prioridade nas verbas estaduais, em todos os setores (FERREIRA, 2008; PORTAL PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL – 2019).

Quadro 1: Nota e Colocação estadual dos municípios da RMBS na diretiva de Estrutura e Educação Ambiental conforme programa Município VerdeAzul.

Município	Nota	Colocação estadual
Bertioga	8.45	20º
Cubatão	2.62	144º
Guarujá	5.6	73º
Itanhaém	5.4	79º
Mongaguá	0	187º
Peruíbe	0	187º
Praia Grande	7	46º
Santos	9.35	7º
São Vicente	3.7	116º

Fonte: Portal do PMVA – 2018/2.

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 4: 359-376, 2021.

Para a identificação da estrutura administrativa ambiental de cada município, foram feitas pesquisas nos sites oficiais das prefeituras, dando preferência aos links do Portal da Transparência de cada um deles, entre os meses de junho a outubro de 2019. Durante essa pesquisa, foi considerada, também, a existência ou não de um setor específico de EA.

Os sujeitos da pesquisa foram os representantes dos municípios empossados em 2019 na REABS e na CTEAD-CBH-BS, totalizando 3 de Bertioga, 2 de Cubatão, 1 de Guarujá, 3 de Itanhaém, 1 de Mongaguá, 2 de Peruíbe, 1 de Praia Grande, 3 de Santos e 1 de São Vicente. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Estes participaram de uma entrevista semiestruturada, que, de acordo com Manzini (2004), deve seguir um roteiro com perguntas principais, as quais podem ser complementadas por outras dependendo das circunstâncias no momento da entrevista. As entrevistas abordaram os temas a seguir:

- Se existem projetos e programas que promovam a EA;
- Se as ações de EA são realizadas de acordo com as diretrizes do ProNEA segundo MMA (2018 p.23):

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) tem como eixo orientador a perspectiva da sustentabilidade com base no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade buscando envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida de todos os seres vivos. Nesse sentido assume as seguintes diretrizes: • Transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade. • Descentralização e articulação espacial e institucional, com base na perspectiva territorial. • Sustentabilidade socioambiental. • Democracia, mobilização e participação social. • Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Educação (formal, não formal e informal), Meio Ambiente e outros que tenham interface com a Educação Ambiental. • Planejamento e atuação integrada entre os diversos atores no território.

- Se a EA aborda os principais problemas socioambientais da RMBS e se engloba os diferentes sujeitos da sociedade;
- Se estratégias de mobilização social são utilizadas dentro e fora dos colegiados;
- Se os munícipes exercem uma cidadania ativa, que, segundo Chauí (1993), é aquela que concebe o cidadão fundamentalmente como autor de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Ao final das entrevistas, as palavras destacadas pelos entrevistados foram identificadas e agrupadas em uma tabela a partir da sua incidência no tema Educação Ambiental, bem como sua repetição nos discursos dos entrevistados.

De acordo com Reis (2012) a análise documental é uma técnica que objetiva explicar um problema por meio de informações, diários, fotografias, vídeos, documentos institucionais como relatórios que incluem dados estatísticos, gráficos e tabelas, além de informativos, considerados como fontes primárias.

Assim sendo, todos os dados obtidos nessa pesquisa foram analisados de duas maneiras:

- Análise Descritiva da Pesquisa: tal ferramenta foi utilizada com o objetivo de identificar os colegiados regionais de EA existentes na RMBS, interpretar a Estrutura Administrativa Ambiental, descobrir quais são as políticas e programas de EA nos municípios da região e a importância que o município atribui à mobilização da sociedade civil.
- Análise de Conteúdo: Tal ferramenta foi utilizada para análise das entrevistas. Segundo Bardin (1977) e Câmara (2013), a Análise de Conteúdo surgiu há muitos anos, através da necessidade de interpretar livros sagrados; entretanto apenas tornou-se uma metodologia no século XX. Esta consiste em descrever e interpretar textos e diferentes tipos de discursos e formas de comunicação, seja qual for a natureza de seu suporte, utilizando-se especialmente da inferência para compreender de maneira crítica o sentido das comunicações dos fenômenos estudados. Utilizando-se a abordagem proposta por Bardin (1977), a Análise de Conteúdo é dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Resultados e Discussão

Foram mapeadas ao todo 39 entidades de EA (Quadro 2, Figuras 1 e 2). Os dados mais recentes do número de habitantes por município da RMBS fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, parecem dialogar diretamente – em sua maior parte – com a quantidade de entidades de EA cadastradas no formulário da REABS. Santos, a cidade com o maior número de municípios da região revela o maior número de entidades de EA no cadastro da REABS; Mongaguá, com o menor número de municípios, apresenta o menor número de entidades cadastradas. Abre-se uma exceção a Bertioga, que, embora apresente a 2ª menor população entre as nove cidades, sua quantidade de entidades de EA cadastradas fica logo atrás das de São Vicente, cuja população é a 2ª maior da região.

Quadro 2: Quantidade de colegiados de EA da RMBS cadastrados no formulário da REABS.

Municípios	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
Quantidade de entidades de EA	4	2	4	3	0	2	4	15	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Segue abaixo mapa e lista contendo todos os colegiados de EA da região cadastrados (Figura 1).

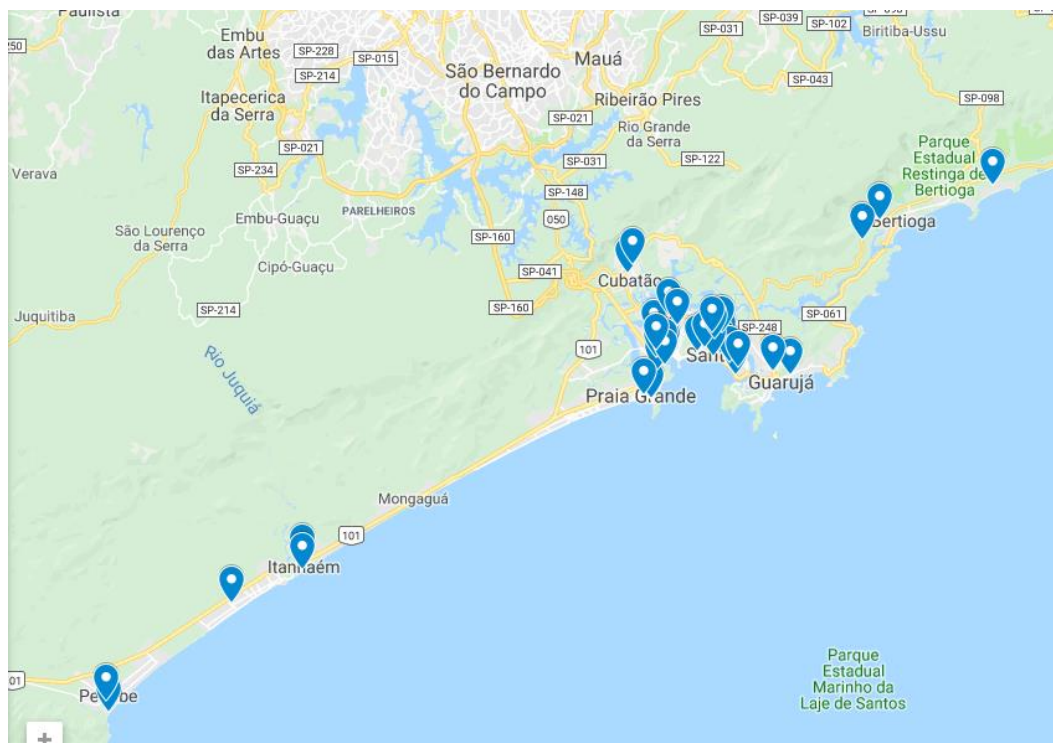


Figura 1: Mapa dos colegiados de EA da RMBS.

Fonte: Google Maps.

- **Bertioga:** Coletivo Educador Bertioga, Construtora Sobloco, Escola Estadual Jardim Vicente de Carvalho, Projeto Muda;
- **Cubatão:** Associação Beneficente Dos Catadores De Material Reciclavel Da Baixada Santista, Escola Técnica Estadual de Cubatão;
- **Guarujá:** Liga de Beach Soccer do Guarujá e Esportes de Areia do Litoral Sul Secretaria de Cultura de Guarujá, Natupoint - Espaço de Saúde & Cultura, Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá;
- **Itanhaém:** Instituto Ecosurf, Instituto Gremar, Saci (Sociedade de Apoio a Causa Indígena);

- Mongaguá:
- Peruíbe: Aquário de Peruíbe, Escola Estadual Portal da Juréia;
- Praia Grande: Colégio Novomundo, Ecophalt – Cidadania E Sustentabilidade, Ecologia Com Praticidade, Tentilhão Bossanova, Viva Baleias, Golfinhos e Cia;
- Santos: Agência Nacional de Desenvolvimento Eco Social (ANDES), Aquário de Santos, Associação Santos Lixo Zero, Consciência pela Cidadania Concidadania, Instituto Laje Viva, Instituto Meros do Brasil, Lar das Moças Cegas, Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos, Projeto Albatroz, Projeto Óleo Noel, Raiz Assessoria Socioambiental, Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Santos, Terra Azul Cultura e Sustentabilidade, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Católica de Santos (UNISANTOS);
- São Vicente: APA Marinha Litoral Centro, Escola Estadual Armando V. Bei, Pan'agua C.A.R 108, Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de São Vicente, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A Figura 2 agrupa as organizações em setores participantes dos colegiados de Educação Ambiental.

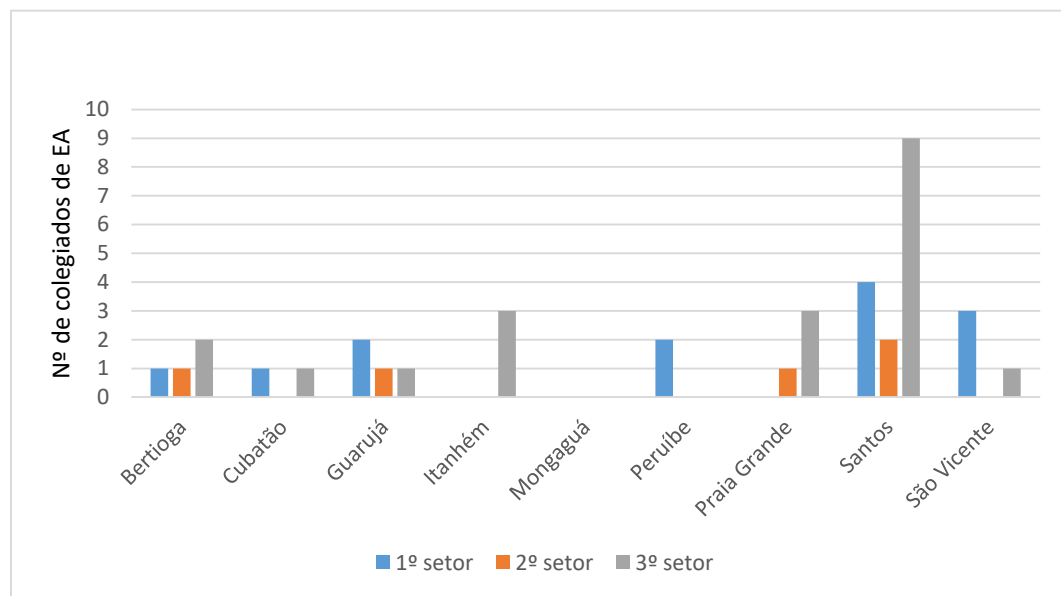


Figura 2: Setores dos colegiados de EA da região.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pôde-se perceber que há uma relação entre boa pontuação na plataforma VerdeAzul na diretiva de Estrutura e Educação Ambiental e quantidade de colegiados do terceiro setor (e.g. Organização Não

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 4: 359-376, 2021.

Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil e Interesse Público - OSCIP), pois quanto maior a proporção de colegiados ambientais do terceiro setor no município, maior a nota atribuída a ele. Isso sugere a importância da existência de colegiados do terceiro setor nas causas socioambientais.

Ao comparar a existência de um PMEA instituído por lei (Quadro 3) com o Ranking 2018/2 apresentado pelo Programa Município VerdeAzul (PORTAL DO MUNICÍPIO VERDEAZUL, 2019), na diretiva de Estrutura e Educação Ambiental, mostra que não há relação direta entre boa colocação no Ranking e existência de um PMEA instituído por lei. Mongaguá obteve pontuação 0 de 10 mesmo possuindo um PMEA instituído por lei. Já Bertioga obteve pontuação 8.45 de 10 mesmo não possuindo um PMEA instituído por lei. Santos, por sua vez, não possuía PMEA instituído por lei à época da coleta de dados para a pesquisa, mas liderou a primeira posição do Ranking 2018/2 entre os nove municípios da Baixada Santista, com uma pontuação de 9.35 de 10.

Quadro 3: Existência de Política e PMEA aprovado pela Câmara de Vereadores.

Municípios	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
Existência de Política e PMEA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, as atitudes e valores da população de um município que esteja ativo e lutando por melhorias e conquistas positivas na esfera ambiental parecem contar mais que simplesmente ter uma lei que institucionalize a EA apenas no papel.

A relação entre a existência de um setor específico de EA (Quadro 4, próxima página) e a pontuação no Ranking 2018/2 do Município VerdeAzul na diretiva de Estrutura e Educação Ambiental - EEA (PORTAL DO MUNICÍPIO VERDEAZUL, 2019) mostra-se presente, uma vez que todos os municípios que possuem setor específico de EA pontuaram com notas acima de 5,4 de 10 (valor máximo) e, antagonicamente, todos aqueles que não possuíam esse setor, pontuaram com notas inferiores a 3,7 de 10, com exceção de Guarujá.

De acordo com Buarque (1999), a descentralização, isto é, a transferência da autoridade, poder decisório, autonomia e outras responsabilidades da União para forças políticas dominantes no microespaço (e.g. estados e municípios) foi impulsionada no Brasil pela nova Constituição de 1988. Na mesma linha, Franco (1995) diz que a descentralização tem como base os princípios da subsidiariedade, reafirmando que tudo que puder ser feito por um uma entidade espacialmente menor, não deve ser feito por um organismo maior. Isso se aplica para as relações União-Estado, Estado-Município e Estado-Sociedade. Dessa forma, podemos entender que possuir um setor específico de EA no município é produto desse processo, que confere capacidades de gestão e decisão sobre as prioridades municipais.

Quadro 4: Estrutura Organizacional Ambiental dos municípios da RMBS.

Municípios	Unidade Administrativa	Sector específico de EA
Bertioga	Secretaria de Meio Ambiente com 02 Diretorias (Desenvolvimento Ambiental e de Operações Ambientais)	Não
Cubatão	Secretaria do Meio Ambiente	Não
Guarujá	Secretaria de Meio Ambiente com 05 Diretorias (Promoção de políticas de sustentabilidade; Planejamento ambiental; controle ambiental; Licenciamento ambiental; Área de proteção ambiental)	Sim
Itanhaém	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e Departamento de Meio Ambiente	Sim
Mongaguá	Diretoria Municipal de Meio Ambiente	Não
Peruíbe	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente com Departamento de Meio Ambiente	Não
Praia Grande	Secretaria do Meio Ambiente	Sim*
Santos	Secretaria do Meio Ambiente e Departamento de Parques e Defesa da Vida Animal e Departamento de Políticas e Controle Ambiental	Sim
São Vicente	Secretaria do Meio Ambiente e Defesa Animal	Não

*= Setor de EA pertence à Secretaria da Educação.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando há descentralização, as entidades podem, com maior facilidade, viabilizar a implementação de programas e políticas de progresso que visem o aumento da equidade e fortalecimento das unidades regionais e sub-regionais, dando aos gestores encarregados do cargo a assimilação dos problemas e prioridades para o desenvolvimento local (RONDINELLI, 1981).

Além disso, segundo o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, o § 2º do Art. 2º afirma que o órgão gestor deve estimular o Fundo Nacional do Meio Ambiente, nos níveis federal, estadual e municipal, a alocar recursos para o desenvolvimento de projetos de EA. Dessa forma, caso não exista esse órgão no município, dificilmente haverá alocação de recursos de fomento à EA voltados especialmente para as suas necessidades e a população (BRASIL, 2002).

Sabendo disso, é possível compreender o resultado não satisfatório dos municípios que não possuem um setor específico de EA, visto que quando não há descentralização, o poder de gestão para com as prioridades do município e seus munícipes pode vir a tornar-se menos eficiente e os programas de fomento à EA, podem vir a tornar-se escassos ou inexistentes.

De acordo com os representantes de EA entrevistados, foi possível notar que as cidades que possuem ações de EA realizadas de acordo com as diretrizes do ProNEA possuem melhor colocação na diretiva 2 (EEA) da plataforma PMVA (Figura 3).

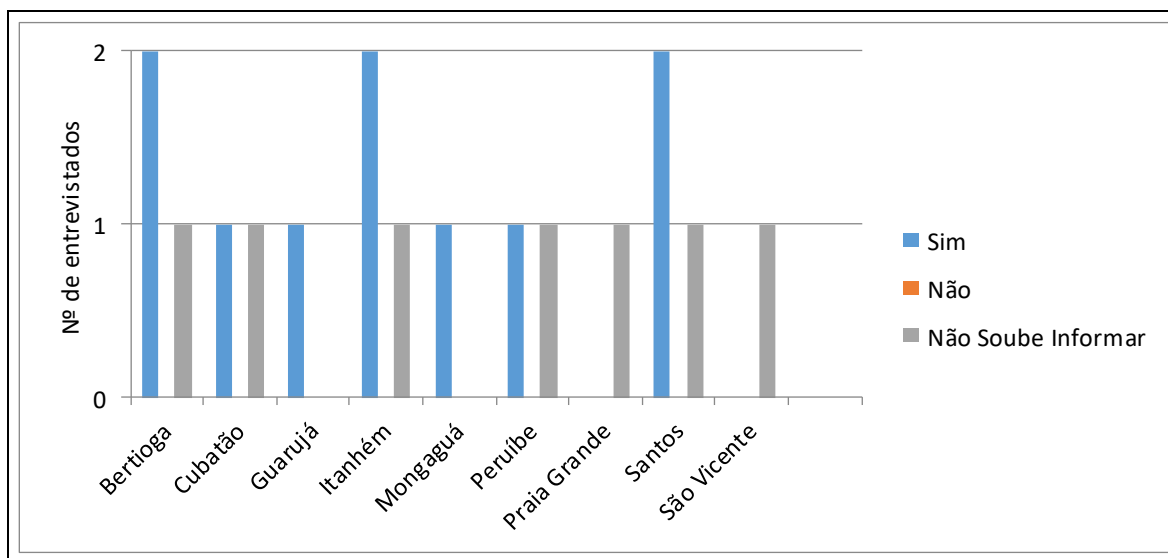


Figura 3: Ações de EA promovidas realizadas de acordo com o ProNEA.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda, podemos reparar que a poluição marinha foi o único dos cinco principais problemas socioambientais da região a aparecer conjuntamente em todas as nove cidades. Com os dados obtidos por meio da entrevista semiestruturada, pode-se observar que há carência de atenção a outros problemas socioambientais e o foco é majoritário na poluição marinha e de resíduos (Figura 4).

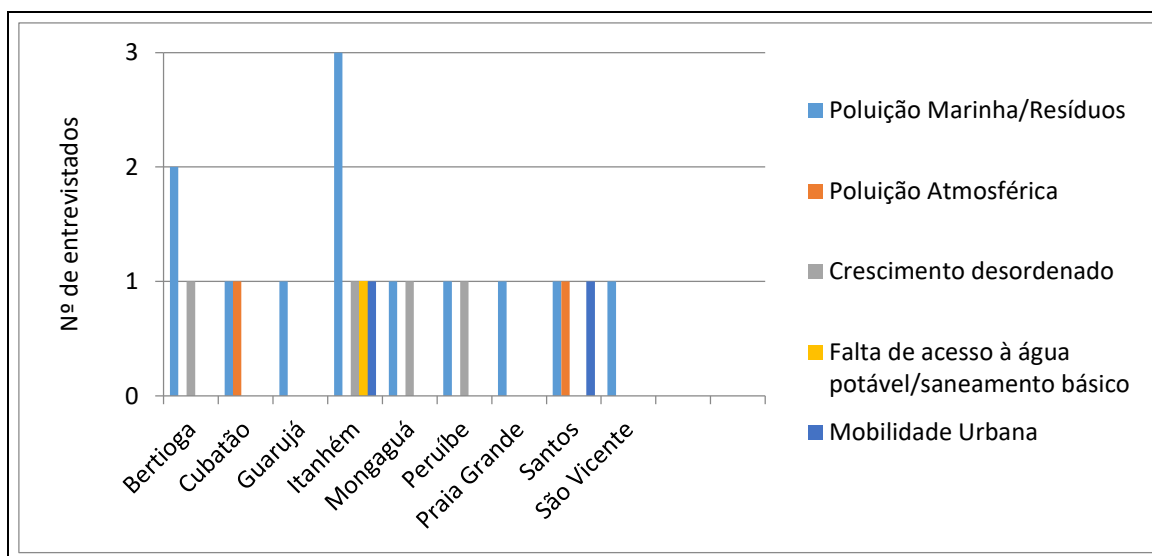


Figura 4: Principais problemas socioambientais da RMBS citados pelos entrevistados.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto aos sujeitos, a maioria dos entrevistados disse que as ações de EA são contempladas junto a programas educacionais escolares, portanto, englobam os jovens estudantes de escolas públicas e privadas. Não houve disparidade entre as classes baixa e média/alta de jovens estudantes,

entretanto, não se pode afirmar o mesmo quando olhamos para os sujeitos adultos (Figura 5).

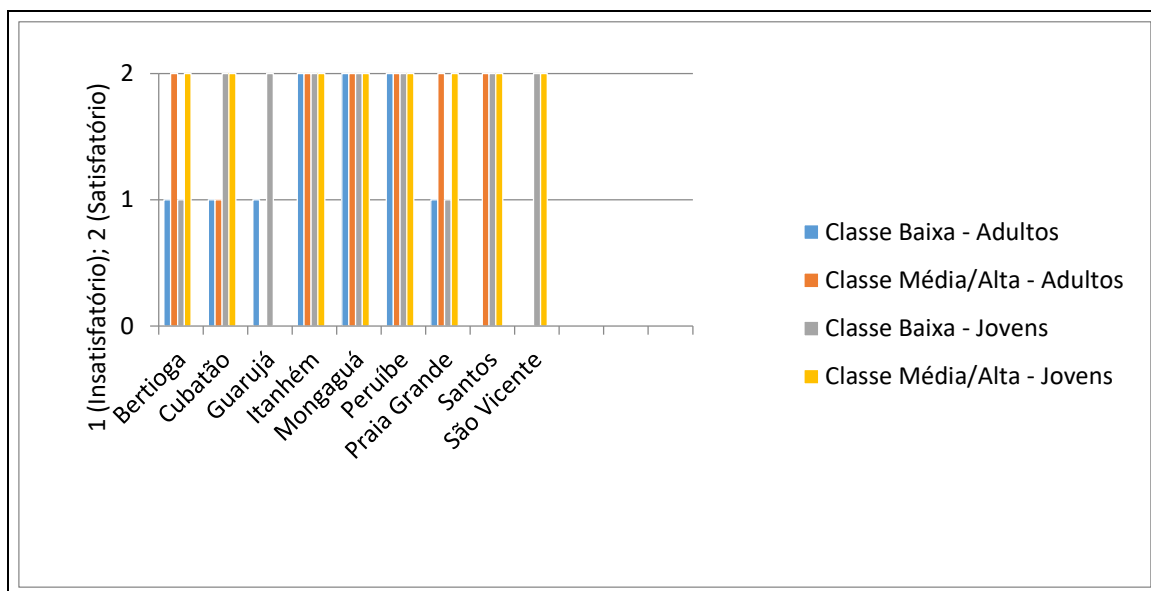


Figura 5 - Sujeitos da RMBS englobados segundo classe social e idade.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apenas quatro dos dezessete entrevistados disseram que os municípios exercem cidadania ativa, o que pode sugerir que, ao existir mais cidadãos engajados politicamente, melhorias no contexto socioambiental irão surgir. E do total de entrevistados, apenas cinco possuem formação específica em EA (Figuras 6 e 7).

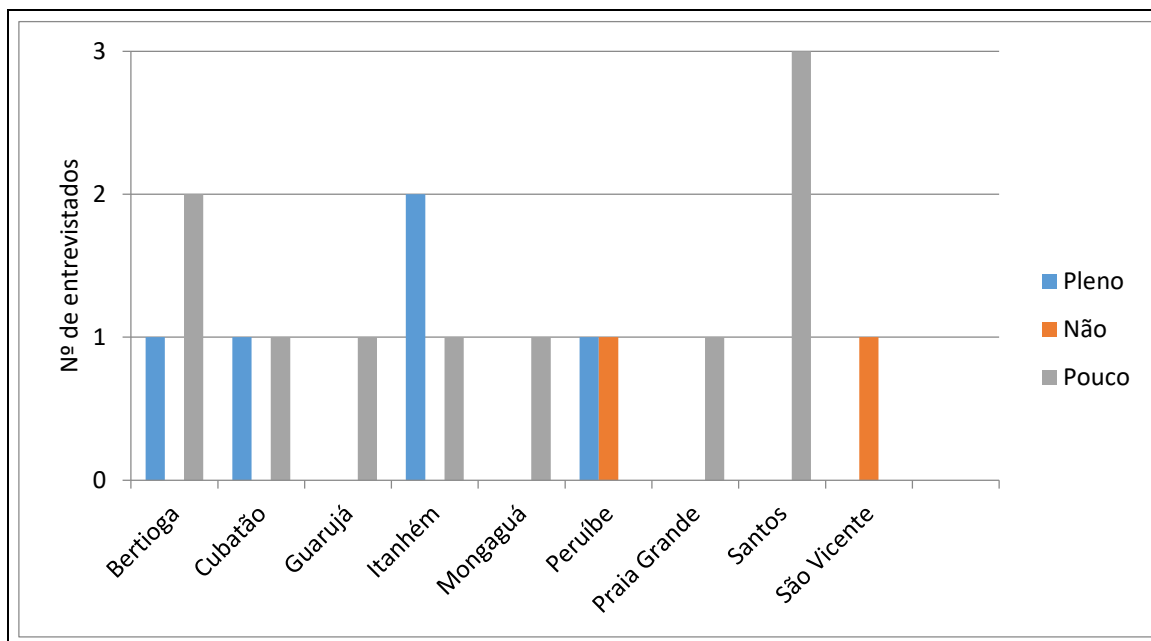


Figura 6: Exercício de cidadania ativa na RMBS.

Fonte: Dados da Pesquisa.

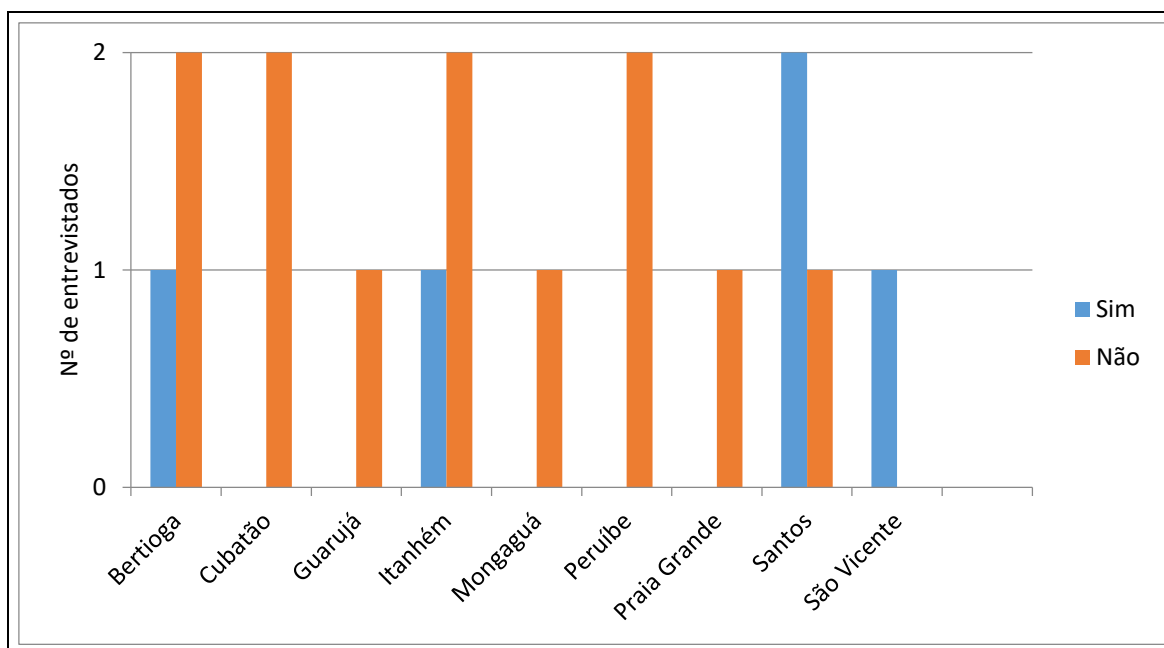


Figura 7: Educação Ambiental na formação dos entrevistados da RMBS.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Entre as palavras destacadas pelos entrevistados, as que mais se repetem são: poucos sujeitos englobados, ações ambientais pontuais e descontínuas e EA apenas em uma parcela dos vários problemas socioambientais da região (Quadro 5, próxima página). A análise deste quadro vem de encontro com o discorrido por Saule Junior (2014) no que diz respeito a existência de uma frágil cultura de participação da sociedade civil existente na região. Outrossim, o ProNEA disserta que há de haver planejamento e atuação integrada bem como transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade com vistas à assegurar a interação e integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade (MMA, 2018 p.23).

A partir da presente pesquisa, de acordo com os resultados que apontam para a necessidade de haver integração e atuação da sociedade civil da RMBS no planejamento e discussão acerca dos desafios socioambientais regionais, faz-se necessário o entendimento dos papéis de cada um dos atores em seus territórios, por meio de documentos que orientem a construção de um Programa Regional de Educação Ambiental em consonância à PNEA e ao ProNEA, como a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e diretrizes para a gestão, planejamento e implementação da EA nos Estados, DF e municípios.

Quadro 5: Palavras destacadas pelos entrevistados durante entrevista.

Municípios	Bertio- ga	Cuba- tão	Guaru- já	Itanha- ém	Monga- guá	Peruí- be	Praia Grande	Santos	São Vicente
Participação popular dificultada pela rotina de trabalho	X								
Poucos sujeitos englobados	X	X	X			X		X	
Ações ambientais pontuais e descontínuas		X	X			X	X	X	
EA apenas em uma parcela dos vários problemas socioambientais				X			X	X	
Necessidade de maior participação civil				X					
Poder público não corresponde									X
Desestímulo									X

Fonte: Dados da Pesquisa.

O ProNEA, em sua versão 2018, manteve a definição de diretrizes, princípios, visão, missão, objetivos, públicos, linhas de ação e estratégias para implementar a EA nos diferentes territórios, do global ao local, a partir de um diagnóstico que indique as prioridades de EA nas questões regionais a serem enfrentadas, articulando caminhos para ações de EA no âmbito formal e não formal, buscando a resolução dos problemas a partir da eliminação e transformação de suas causas, e não apenas a mitigação de seus efeitos.

Além, é importante construir o documento coletivamente utilizando ferramentas participativas, definindo participantes, metas, estratégias e linhas de ação coletivas, além do cronograma que estabeleça prioridades de atuação, através de um planejamento estratégico participativo visando o detalhamento das atividades e a divisão de responsabilidades.

Com base nos resultados deste estudo recomenda-se:

- identificar todos os colegiados de EA existentes na região e convidá-los a participar da rede;
- fomentar a existência de instituições do terceiro setor;

Revbea, São Paulo, V. 16, Nº 4: 359-376, 2021.

- propiciar maior participação da sociedade civil na tomada de ações dentro da EA, juntamente com uma sociedade ativa, unida e politicamente engajada;
- verificar a existência de Política e PMEa em funcionamento e aprovado por lei em cada um dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista;
- fomentar a descentralização com a institucionalização de uma unidade organizacional ambiental específica de EA em cada um dos municípios;
- incluir no programa todos os problemas socioambientais da região;
- disponibilizar o ProNEA para todos os membros dos colegiados ambientais de EA;
- mobilizar diferentes sujeitos da sociedade;
- engajar politicamente os cidadãos;
- ter ações contínuas de EA, não apenas pontuais e em datas especiais;
- promover cursos de formação em EA para membros dos colegiados e demais interessados.

Recomenda-se ainda a solicitação, mediante ofício, das informações encaminhadas por cada um dos municípios da RMBS ao Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), que gerencia o Programa Município VerdeAzul, a fim de confirmar e atualizar os dados existentes disponibilizados nos sites oficiais das prefeituras e do referido programa.

Considerações Finais

Essa pesquisa traz suporte à elaboração e implementação de um Programa Regional de Educação Ambiental na RMBS uma vez que os objetivos foram alcançados e a compreensão acerca da problemática fora ampliada. Sendo assim, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir como documento orientador ao passo que as sugestões apresentadas nos resultados sejam aplicadas pelos gestores e facilitadores responsáveis pela construção do programa, contando com participação democrática ativa e engajamento integrado entre os atores de EA do território envolvidos no processo, com vistas à construção de um plano de trabalho cirúrgico e funcional.

A partir dos resultados apresentados tem-se o que deve ser feito, restando serem respondidas as perguntas 'Como fazer?', 'Quem vai fazer?', 'Quando fazer?', retratando os caminhos a serem percorridos em direção a construção do Programa Regional de Educação Ambiental da RMBS.

Referências

- BARDIN, L **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENJAMIN, H.A. Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira. *In*: CANOTILHO, J.G.; LEITE, J.R.M. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, p. 133, 2008.
- BRASIL. **Decreto n.º 4.281**, de 25.06.2002. Dispõe sobre a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 jun. 2002.
- BRITO, C. C. G.; CHOUEIRI, R. B.; NEIMAN, Z. Estabelecendo a conexão entre os gestores das Unidades de Educação Ambiental da Prefeitura de Santos (SP). **Educação Ambiental em Ação**, v. 62, p. 1-16, 2017.
- BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, 1999.
- CÂMARA, R.H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Rev Interinstitucional Psicol.** V.6, n.2, pp.179-91, 2013.
- CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993. 367p.
- CRESWELL J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 248 p, 2007.
- FERREIRA, C.F. **Atlas Escolar Histórico e Geográfico**: Brotas. 1. ed. São Paulo: Noovha América, 2008.
- FRANCO, M.A. Comentários no debate promovido pela Fundação Konrad Adenauer. **Subsidiariedade e fortalecimento do poder local**. São Paulo, Konrad AdenauerStiftung, 1995.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Ambiental. *In*: PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. (Eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, p. 577-598, 2005.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Rio de Janeiro, 2019.

JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J.M.P. da; YOUNG, A.F. **Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990.** Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2006.

LAYRARGUES, P.P. **Conhecendo a Educação Ambiental brasileira.** Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 7-12, 2004.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Anais** do Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, v. 2, p. 10, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável.** ProNEA, Marcos Legais e Normativos. 5ª edição. Ministério do Meio Ambiente –MMA. Ministério da Educação-MEC. Brasília, DF: MMA, 2018. 104 p.

MORIN, E. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). **Revista Famecos**, v.10, n.20, pp.07-12, 2003.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios (Documentos e Debates). **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15 n. 4, p. 731-747, 2011.

OLIVEIRA, A. J. F. C.; FONTES, R. F. C.; PINHEIRO, M. A. A. **Visão Didática Sobre Meio Ambiente na Baixada Santista.** Universidade Estadual Paulista. Campus Experimental do Litoral Paulista, 173p, 2008.

PALMER, Joy A. **Environmental Education in the 21st Century: Theory, Practice, Progress&Promise.** London: Routledge, p. 266-279. 1998.

PORTAL DA AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (2019). **Apresenta informações sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista.** Disponível em: <<http://www.agem.sp.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

PORTAL DO MUNICÍPIO VERDEAZUL (2019). Apresenta informações sobre os critérios de avaliação do Programa do Governo do Estado de São Paulo “Município VerdeAzul”. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/criterios/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

REIS, L. G. **Produção de monografia: da teoria á prática.** 4 ed. Brasília: Senac-DF, 2012.

RONDINELLI, D.A. Government decentralization in comparative perspective: theory and practice in developing countries. **Int. Rev. Adm. Sci**, v.47, n.2, 1981.

SAUVÉ, L. **Environmental Educations**: possibilities and constraints. Connect, v. XXVII, n. ½, p. 1-4, 2002.

SAULE JR, N. **Agendas De Desenvolvimento Sustentável**: Contribuições Para a Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo. Instituto Pólis, 280p, 2014.

SORRENTINO et al. **Educação Ambiental como política pública**, 2005.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. [s.l: s.n.].

YOUNG, A. F.; FUSCO, W. Espaços de Vulnerabilidade Sócio-ambiental para a População da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas. **Anais** do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambú – MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); 2006.